28,86%

ATENÇÃO SINDICALIZADOS(AS): PARA INFORMAÇÕES PRECISAS E CONFIÁVEIS SOBRE A AÇÃO JUDICIAL DOS 28,86%, ACESSE OS SEGUINTES CONTATOS:

WhatsApp: 61 99218-6258 - Telefone do escritório: (61) 3223-0552 - Email: 2886sintufrj@servidor.adv.br

Caso prefiram atendimento presencial, este poderá ser feito na sede do Sintufrj, de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 17h, com a Dra. Marcela.

Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXXIX - Nº 1459 | 19 a 31 de agosto de 2025 | www.sintufrj.org.br

Fotos: Renan Silva

EXCLUSIVO: Entrevistamos João Pedro Stedile, do MST, na UFRJ

Páginas 10 e 11

Sem orçamento

JOIA DA ARQUITETURA MODERNA, prédio que foi o prestigiado endereço da Reitoria e do comando administrativo da UFRJ vive dias difíceis sem recursos para manutenção, com salas interditadas, elevadores quebrados e outras mazelas. *Páginas 4 e 5*

ATO LANÇA PLEBISCITO POPULAR NA UFRJ

- Pelo fim da escala 6x1
- Isenção do Imposto de Renda para R$ 5mil
- Contra privatização da água

Página 3

Foto: Divulgação

O RIO DE JANEIRO RECEBEU A REUNIÃO DA CÚPULA DOS BRICS que teve o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como anfitrião. Reunião irritou os Estados Unidos

DESVENDANDO O BRICS

No centro das atenções na crise que tem resultado o ataque do governo Donald Trump ao Brasil, o Brics é um bloco de países que caminha para redesenhar a geopolítica mundial e que já coloca em xeque a hegemonia dos Estados Unidos. De acordo com especialistas, os países do Brics têm um peso significativo na economia global, com cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

• **O Brics** o grupo é formado por cinco grandes economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A sigla foi criada em 2006 (originalmente Bric, sem a África do Sul, que entrou em 2011) para destacar o potencial econômico e político desses países no cenário global.

O Brasil no Brics

O Brasil é um dos membros fundadores do grupo e desempenha um papel importante, principalmente como:
1. Potência agroexportadora – Maior exportador de commodities, como soja, carne e minério de ferro.
2. Mercado consumidor relevante – População de mais de 200 milhões de pessoas.
3. Líder regional na América Latina – Influência política e econômica na região.
4. Defensor do multilateralismo – Busca um mundo menos centrado nos EUA e Europa, com mais voz para países em desenvolvimento.

Importância do Brics para o Brasil

- Diversificação de parcerias comerciais (especialmente com China e Índia).
- Acesso a investimentos e financiamentos (como o Novo Banco de Desenvolvimento do Brics, sediado em Xangai).
- Maior influência geopolítica em fóruns como a ONU e o G20.
- Alternativas ao dólar – Discussões sobre comércio em moedas locais e possíveis mecanismos de pagamento independentes do sistema ocidental.

Expansão do Brics (2024)

Em 2024, o grupo anunciou a entrada de novos membros, como Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos, o que pode aumentar seu peso econômico e geopolítico. O Brasil, porém, tem adotado uma postura cautelosa em relação a essa expansão.

Conclusão

O Brics é uma plataforma importante para o Brasil projetar influência e buscar alternativas à ordem global dominada pelo Ocidente. No entanto, o país precisa equilibrar sua participação no grupo com seus interesses nacionais e relações com outras potências, como os EUA e a União Europeia.

Texto produzido pelo conselheiro e delegado de base Milton Madeira

Foto: Renan Silva

Plebiscito Popular na UFRJ

Lançamento da consulta mobiliza o campo progressista

A CONSULTA QUE ERGUE BANDEIRAS POPULARES estimula a mobilização da sociedade contra as políticas de opressão das elites

A segunda-feira, 18 de agosto, foi um dia especial para a comunidade universitária da UFRJ. A data marcou o lançamento oficial do Plebiscito Popular. O evento foi híbrido e articulado pelo Sintufrj, que reuniu a Adufrj, DCE Mário Prata, Associação dos Pós-Graduando (APG), parlamentares e organizações sociais. O auditório do Centro de Tecnologia (CT) foi o palco das manifestações.

"É um prazer como dirigente sindical fazer parte desta mesa plural", saudou o **coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis**. O evento foi online e está disponível nas redes do Sintufrj.

Em todo o país ocorre a consulta popular pelo fim da jornada de trabalho 6x1, isenção do imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil de salário e a terceira pergunta é específica à população do Rio de Janeiro: contra a privatização da Cedae. "Água não é mercadoria", lembra a propaganda chamando para participação no plebiscito.

MANIFESTAÇÕES

"Temos pouco histórico de realização de plebiscitos, mas, conforme assinala a Constituição, o povo é soberano, e esse é o principal canal de democracia popular", destacou a **presidente da Adufrj, Maira Goulart**. Ela citou como exemplo o plebiscito do desarmamento, uma iniciativa do campo progressista e que foi bem-sucedida.

O diretor da APG, Christopher Rocha, defendeu a necessidade de aprofundar o debate sobre o fim da escala 6x1 na comunidade acadêmica. "A VAT conseguiu ampliar o plebiscito para todo o Brasil e dialogar com os trabalhadores sobre a importância de acabar com a escala 6x1", reconheceu.

O coordenador-geral do DCE Mário Prata, Henderson Ramão, criticou o governo por adotar a política econômica do arcabouço fiscal em substituição ao teto de gastos do golpista Michel Temer. "Em 13 anos, perdemos quase a metade dos investimentos. Bolsonaro quase destruiu a UFRJ. Mas hoje, enquanto a dívida pública consome R$ 2 trilhões, a verba da UFRJ é de R$ 423 milhões", denunciou o estudante.

Parlamentares, dirigentes políticos e sindicalistas

O **deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ)** não pôde participar presencialmente por motivo de doença, mas se manifestou online. "O fundamental do plebiscito é a opção política. A pauta 6x1 está institucionalizada em todos os estados. Estamos no caminho correto, que é a mobilização", afirmou o parlamentar.

O **vereador Rick Azevedo (PSOL-RJ)**, idealizador do Movimento VAT, definiu que plebiscito popular é onde o povo é protagonista. "Não tem outro caminho fora da organização. Temos que fazer pressão no Congresso para que a PEC da escala 6x1vá já para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)", disse ele.

"Este é um importante espaço de diálogo e a gente pensa em estreitar essa unidade, independente das nossas diferenças de leitura do momento político, mas focando nas lutas centrais: na defesa da universidade, da classe trabalhadora e em mudar a correlação de forças no Parlamento na eleição de 2026", conclamou **Francisco de Assis**.

Para a **deputada estadual Marina do MST (PT-RJ)**, "um tema fundamental que nos traz o plebiscito é a unidade com as organizações, e isso se dá no debate político sobre os temas que temos que enfrentar no Rio de Janeiro e nacionalmente". Ela acrescentou "que vivemos uma crise global civilizatória e o plebiscito é uma luta pela democracia".

Juliete Pantoja, da Unidade Popular (UP), como integrante do movimento popular pela moradia, destacou as ações de ruas do seu coletivo político: "Estamos toda semana na rua com nosso jornal *A Verdade* fazendo o debate sobre os pontos do plebiscito. E é evidente que o trabalhador quer o fim dessa escala."

Lucas Correa, representante do PCB, considerou que só com unidade do campo progressista se conseguirá barrar o avanço da extrema direita e impulsionar o avanço da classe trabalhadora. Fortalecer o plebiscito popular é um dos caminhos, segundo o militante.

Esteban Crescente, coordenador-geral do Sintufrj, convocou toda a categoria para auxiliar na tarefa de coleta de assinaturas para o plebiscito, na quarta-feira, 20, e na quinta-feira, 21 de agosto. O dirigente destacou como uma das conquistas importantes dos 113 dias de greve dos técnicos administrativos em educação, além dos ganhos econômicos e sociais dos servidores, a recomposição do orçamento da UFRJ. E defendeu a construção de uma greve geral pelo fim da escala 6x1.

Foto: Divulgação

Joia castigada

Marco da arquitetura modernista, o edifício Jorge Machado Moreira (JMM), que abrigava a Reitoria, é patrimônio tombado, mas vive dias de ostracismo

NO ALTO, À ESQUERDA, a situação da parte elétrica. Na foto acima, espaço mal tratado da EBA

Durante décadas, essa joia da arquitetura foi o prestigiado endereço de toda a estrutura da Administração Central, o centro de decisão da UFRJ, a ponto de ser chamado, por muitos anos, "o prédio da Reitoria".

Foi também por décadas lugar do colegiado máximo da universidade, palco de grandes momentos políticos, manifestações de resistência e defesa da universidade.

Além da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o prédio na Cidade Universitária (Fundão) abriga, desde a década de 1970, a Escola de Belas Artes, o Centro de Letras e Artes, e mais tarde também passou a hospedar o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

Mas além da deterioração acentuada pela falta de manutenção originada pela escassez de recursos, dois incêndios (em 2016, que atingiu o 8º andar, e em 2021, atingindo o segundo andar) contribuíram para uma posição que não condiz com sua importância histórica: está em segundo lugar no ranking originado do estudo produzido pelo Escritório Técnico da Universidade (ETU), que aponta a necessidade de reabilitação dos prédios da UFRJ – chamado de Reab. Está também em segundo lugar no gráfico que mostra os que exigem mais recursos para recuperação.

PROBLEMAS GRAVES

O relatório do Reab mostra problemas ainda mais severos. O JMM, com seus 60.405,05 metros quadrados, nove pavimentos, foi considerado com índice de conservação muito ruim, com necessidade de reabilitação profunda.

O relatório apontou necessidade de intervenção emergencial em seis itens: instalação de combate a incêndio; fundações e estrutura; revestimento externo; fechamentos externos; instalações elétricas e iluminação; e esquadrias externas.

A necessidade de investimento (note-se que é apenas um indicativo, que a realidade pode suplantar com folga) é de R$ 3.371.000,00 para a execução anual do programa de Manutenção Preventiva. Porém, o investimento para reabilitação total do imóvel é de R$ 198.181.000,00 (R$ 31.016.000,00 para anomalias do tipo médio e R$ 167.165.000,00 para as do tipo grave).

Além do segundo maior índice de reabilitação, ou seja, um dos imóveis com estado de conservação mais deteriorado, o JMM seria o segundo maior investimento entre os 92 imóveis da UFRJ avaliados no período 2023/2024.

Reitor: buscar recursos no petróleo

O reitor Roberto Medronho disse que há parceria com o decano do CLA, Afrânio Gonçalves, e que já existem várias propostas para recuperação dos prédios em pauta. "Nós aportaremos recursos, especialmente do CIP (Custo Indireto dos Projetos), para as reformas."

Ele explicou que esses recursos do CIP são dos custos injetados de petróleo por conta das pesquisas que a UFRJ desenvolve na área. "Não podemos ter o passivo que temos na nossa infraestrutura", disse ele, e lembrou que a universidade, junto com o Centro de Pesquisa da Petrobras, tem um papel fundamental na pesquisa relacionada ao Pré-Sal, que rende bilhões de dólares (ao país). "Então, o que nós estamos fazendo é buscar recursos através de parcerias com outros custos indiretos de projeto."

Estudante relata desconforto

Elevadores sem funcionar, salas sem climatização, espaços interditados

O representante do DCE Henderson Ramon, estudante da Escola de Belas Artes, aponta problemas, como o dos elevadores (dois dos cinco estão em manutenção), e acrescenta que há vezes em que apenas dois, ou até um funcionando, obrigando estudantes e trabalhadores a encararem uma fila enorme ou as escadas até os andares das aulas.

Este ano, reabriram algumas salas do 8º andar (que pegou fogo em 2016), usadas como ateliês. O ateliê do bloco D, conhecido como Pamplonão (o maior da américa latina), segue em grande parte interditado por problemas estruturais.

Segundo ele, salas de aula não têm climatização por problemas na parte elétrica. "No calor é um problema, há até aulas canceladas. Há ventiladores apenas nas salas do lado direito do prédio."

A CRISE DO ORÇAMENTO

De acordo com o pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Helios Malebranche, a previsão de déficit da UFRJ este ano é da ordem de R$ 165 milhões.

E como a UFRJ segue neste mês de agosto? "Administrando os compromissos financeiros com muito rigor, considerando que o orçamento é insuficiente para cobrir nossas obrigações. Temos dado atenção especial ao que coloca em risco a conclusão do período letivo, ao que coloca em risco as pessoas nos campi e ao que possa provocar dano irreparável ao patrimônio", ponderou.

E é na manutenção do patrimônio que o déficit se manifesta de maneira mais grave. "Temos executado apenas operações corretivas (após a ocorrência dos danos). Ainda não temos condições orçamentárias para as ações preventivas", disse ele, explicando que ações corretivas apresentam custos muito superiores às preventivas, "que geralmente estamos impossibilitados de realizar".

A manutenção, segundo ele, está sendo feita dentro do possível, mas muito aquém do mínimo desejável.

ORÇAMENTO SEQUESTRADO

Sempre em luta na defesa da Educação, a categoria volta suas críticas contra um Congresso "que não constrói pontes com a sociedade, muito menos com as universidades, quando não garante orçamento suficiente para seu funcionamento", aponta o coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis, observando que parlamentares estão sequestrando o orçamento público e que devido a isso a UFRJ vive uma situação crítica.

"Os parlamentares querem um beija-mão, que o reitor vá com o pires na mão recorrer àqueles que querem dominar o orçamento público, o qual, na verdade, deveria ser distribuído conforme ordena a Constituição, para garantir o funcionamento da universidade", completa o coordenador.

Fotos: Renan Silva

ELEVADORES em estado deplorável refletem precariedades que se estendem pelo prédio

HALL DE CONCEPÇÃO MODERNISTA ganhou prêmios de arquitetura. Hoje o espaço sofre com as consequências de falta de manutenção por asfixia de recursos

O QUE É O REAB

O sistema Reab é implementado desde 2022 e municia a equipe do ETU no auxílio à Reitoria para o planejamento de ações e investimentos. Seu relatório mais recente é de dezembro de 2024 e abrangeu 76% dos prédios da UFRJ (82 imóveis foram vistoriados, 19 dos quais obtiveram índices que apontam a necessidade de reabilitação profunda. Destes, 12 são imóveis tombados, como o JMM). Neste mês, as vistorias serão retomadas, e a previsão da equipe é que abranjam mais de 90%.

RETROCESSO À VISTA

Servidores realizam ações de abordagem a parlamentares para pressionar contra sequestro de direitos disfarçado de "modernização"

Foto: Divulgação

AÇÃO DO MOVIMENTO na pressão continuada no aeroporto de Brasília: convencer deputados a rejeitar o projeto que tira direitos

Às terças-feiras, servidores de Brasília comparecem ao aeroporto para recepcionar parlamentares e exercer pressão em relação às propostas sobre a Reforma Administrativa que estão sendo elaboradas em um restrito Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados.

Desde a apresentação da PEC 32/2020, a Reforma Administrativa paira sobre o funcionalismo público como uma ameaça persistente. Embora não tenha avançado em plenário na legislatura passada devido à mobilização dos servidores, seu conteúdo permanece vivo e ressurgiu neste ano sob nova roupagem, agora conduzida por esse GT.

A proposta ainda não possui um texto oficial consolidado, mas as sinalizações feitas por seus articuladores políticos, por documentos preliminares e pelas audiências do GT já permitem antecipar os contornos de uma reforma estrutural disfarçada de modernização.

O novo discurso apoia-se em uma narrativa mais técnica, sustentada por palavras como "eficiência", "meritocracia" e "governança". No entanto, sob essa retórica, mantém-se a essência de uma reforma voltada à flexibilização das garantias do servidor, ao enfraquecimento das estruturas de Estado e à ampliação de mecanismos de precarização do trabalho público.

É uma reforma administrativa fragmentada, conduzida em capítulos isolados, com aparência moderada, mas com potencial transformador profundo e arriscado. Estabilidade, contratações temporárias, estágio probatório, avaliação de desempenho e outros temas estão em jogo.

A prévia do relatório do GT, elaborada pelo relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), propõe regulamentar o trabalho temporário por meio da criação de uma lei federal que diferencie funções sensíveis do Estado de funções transitórias, além de instituir um Cadastro Nacional de Temporários.

Segundo os debates realizados no GT, cada vaga temporária deverá passar por avaliação para decidir se é realmente transitória ou se deve ser incorporada a uma carreira efetiva. Entretanto, temas centrais como supersalários, privilégios de certas carreiras de Estado e situação dos militares seguem blindados de qualquer discussão.

A estratégia para aprovação é fatiar a reforma, pulverizando o debate em PECs, PLPs e PLs. "Se o deputado Pedro Paulo já falava, agora vai focar em 'novas' formas de contratação. O serviço público vai voltar ao que era antes da Constituição, quando apenas a elite do funcionalismo tinha estabilidade, entre outras coisas", observa o especialista em serviço público Vladimir Nepomuceno.

As entidades do serviço público, reunidas no Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), vêm-se mobilizando. O Fonasefe realizou, nos dias 15 e 16, o seminário "Reforma Administrativa: Destruição dos Serviços Públicos e dos Direitos dos(as) Servidores(as)".

Eixo central da proposta

De acordo com as advogadas da UnB Fernanda Oppermann Iizuka — pesquisadora do Grupo de Estudos de Direito e Economia da UnB — e Nikolly Milani — integrante da Comissão de Relações Raciais da OAB-DF —, entre os eixos centrais da proposta está a ampliação da contratação temporária. Em nome da flexibilidade, pretende-se autorizar vínculos precários por até dez anos, o que cria brechas para substituir servidores concursados por trabalhadores com menos direitos, menor proteção e maior vulnerabilidade.

Essa medida não apenas compromete a profissionalização do serviço público, como, a médio prazo, pode reduzir drasticamente sua qualidade. A substituição de servidores de carreira por funcionários temporários enfraquece a capacidade institucional do Estado, desvaloriza o concurso público e compromete o compromisso de longo prazo com a administração pública.

Há, aqui, um risco sistêmico: o enfraquecimento do próprio conceito de Estado como garantidor de direitos e executor de políticas públicas permanentes.

Sintufrj Tira Dúvidas vai a Macaé

Fotos: Renan Silva

SERVIÇOS PRESTADOS PELO SINTUFRJ chegaram a Macaé, num esforço concentrado de várias frentes de atendimento de sindicalizados

Na quarta-feira, 13 de agosto, a caravana Sintufrj Tira Dúvidas atendeu, das 10h às 16h, os técnicos administrativos em educação do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. A equipe de profissionais e coordenadores da entidade recebeu a categoria no Polo Universitário (no bloco A, sala 215 B). Além de esclarecer dúvidas, a direção sindical listou as reivindicações apresentadas pelas trabalhadoras e trabalhadores com o objetivo de dar encaminhamento para solução dos problemas.

Processos referentes ao adicional de insalubridade e periculosidade, principalmente por parte de profissionais do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem), necessidade de perícia médica no local pela Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST) e falta de segurança nos campi em dias de chuvas e dúvidas jurídicas nas áreas cível e trabalhista foram as principais demandas levantadas pela categoria.

Segundo os servidores ouvidos pelos coordenadores, quando chove, no Polo Universitário e nos outros dois Polos (Ajuda e Barreto), a situação é bem complicada. A água invade e não existe nenhum plano de evacuação dos servidores desses locais. Ninguém se responsabiliza pelo que pode ocorrer em caso de forte temporal. A direção do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé é insensível ao problema.

Ficou decidido que nos dias 25 e 26 de agosto o assessor de Saúde e Segurança no Trabalho do Sintufrj, Rafael Boher, retornará à UFRJ-Macaé para dar continuidade às demandas.

CONVÊNIOS

Houve também muita procura por informações sobre planos de saúde e outros convênios, entre os quais com o Sesc e o Total Pass, que garante acesso a várias academias, estúdios de pilates, ioga, entre outras modalidades, com aulas online e presenciais a custo especial. Vários companheiros e companheiras se filiaram à entidade.

Profissionais – Dois advogados (cível e trabalhista), funcionária do Setor de Convênios e da administradora de planos de saúde All Care integram a caravana.

Novidade – Um dos assuntos abordados pelos coordenadores sindicais foi em relação à tradicional festa de fim de ano. A técnica em química Nazaré Magalhães assumiu a tarefa de conversar com a categoria sobre o tema.

Acordo – Racionalização e Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), conquistas do acordo de greve, mas ainda em discussão em mesa de negociação com o governo, também demandaram vários esclarecimentos das coordenadoras Ana Mina, Maria Lenilva e Antonia Karina, esta última técnica administrativa do Polo Universitário.

A conselheira fiscal do Sintufrj, Flavia Vieira, e o delegado sindical de base, Milton Madeira, ambos da UFRJ-Macaé, desempenharam papel importante nessa ida do Sintufrj Tira Dúvidas, mobilizando a categoria.

GRUPOS ABERTOS À PARTICIPAÇÃO

As coordenadoras agitaram as companheiras a participarem do GT Mulher Sintufrj, cujas reuniões ocorrem uma vez por mês e são híbridas.

Além do GT Mulher, tem o GT Saúde, GT Antirracista e GT Carreira, com reuniões mensais e híbridas.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA, segurança no trabalho e convênios

Sgaada celebra aniversário

O objetivo da Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade é o de institucionalizar as políticas de equidade racial na universidade

Na segunda-feira, 18, foi realizada cerimônia para celebrar dois anos de criação da Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (Sgaada). Aprovada por unanimidade na sessão especial do Conselho Universitário (Consuni), em 22 de junho de 2023, a Superintendência possibilitou o fortalecimento dos movimentos antirracistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a realização de programas para fortalecimento das ações afirmativas.

O objetivo da Sgaada é o de institucionalizar as políticas de equidade racial na universidade. Segundo a superintendente Denise Góes, a Sgaada foi uma construção de base, construída pela Câmara de Políticas Raciais, que deu outro tom à pauta racial na universidade. Na cerimônia, realizada no auditório Horta Barbosa, no Centro de Ciências da Saúde, Denise reafirmou o trabalho da pasta com vistas à promoção da igualdade, da diversidade, acessibilidade, elogiando o trabalho da sua equipe.

"Essas pessoas deram um novo tom à UFRJ. Essa universidade tão branca, elitista, homofóbica, capacitista. Tão tudo, mas que hoje se coloca a pensar conosco novas formas de se trabalhar o cotidiano". Denise também agradeceu o apoio ao reitor Roberto Medronho, o apoio à vice-reitora Cássia Turci e o apoio a outros órgãos e unidade da universidade. Ela afirmou que houve mudanças no quesito racial na UFRJ.

"Estamos convergindo para minimizar o racismo na universidade. A Sgaada segue afinada com a campanha "Nenhum passo atrás, a universidade está mudando". A universidade está mudando sim. Ela está mais enegrecida", declarou Denise.

Muito emocionada, a coordenadora de Políticas Sociais do Sintufrj, Norma Santiago, elogiou o trabalho da Sgaada.

"Estamos celebrando Juliano Moreira, médico psiquiatra, baiano, negro. Imagino o que ele vivenciou na universidade. Fui a uma cerimônia de jaleco da UFRJ na Praia Vermelha e fiquei feliz de ver três alunos negros, um rapaz e duas moças. Fui parabenizar seus pais por essa conquista, pois a gente sabe o quanto eles caminharam para entrar para a Faculdade de Medicina da UFRJ. Parabenizo a Sgaada por seus dois anos. Ela é importante para o fortalecimento de movimentos antirracistas e para a promoção da igualdade e da acessibilidade. É importante para a valorização do povo negro, das pessoas que construíram esse país, e muitas foram invisibilizados. A Sgaada é uma vitória nossa. Para mim, ela é o aquilombamento. O espaço de resistência e do fortalecimento da identidade negra", sustentou a dirigente do Sintufrj.

Foto: Renan Silva

REPRESENTATIVIDADE no evento que marcou mais um ano de uma estrutura que representa um avanço nas questões raciais na universidade

Equívocos da Justiça prejudicou servidores na UFRJ

Uma decisão judicial de primeira instância condenou professores e gestores da UFRJ, incluindo o ex-reitor Carlos Levi, por suposto peculato com base em interpretações equivocadas e erros de leitura de documentos do Tribunal de Contas da União (TCU). Tal fato provocou indignação e reação da comunidade acadêmica e entre especialistas do meio jurídico comprometidos com a democracia e o Estado de Direito.

O caso envolve um contrato entre a UFRJ, o Banco do Brasil e a fundação de apoio (FUJB) à universidade, que deixou um saldo de R$ 2,9 milhões devolvido corretamente à universidade após a interrupção do acordo.

A juíza interpretou a devolução como prova de uso indevido de todo o valor recebido pela fundação, que administrou mais de mil projetos executados, relativos à infraestrutura até a assistência estudantil.

Mas o TCU, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) confirmaram que não houve desvio e isentaram os gestores. A própria UFRJ manifestou-se mais de uma vez esclarecendo que não houve qualquer irregularidade nos atos produzidos pelos servidores vítimas de "lawfare", e que não geraram qualquer prejuízo para a universidade. Pelo contrário, a UFRJ destacou, sempre, os benefícios promovidos para a universidade graças aos atos de seus servidores, mais recentemente em manifestação oficial dada à justiça.

O termo "lawfare" diz respeito ao uso ou manipulação das leis e procedimentos legais como instrumento de combate e intimidação a um oponente.

Agosto Lilás para romper silêncios

No Brasil, uma mulher é vítima de violência doméstica a cada dois minutos, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ADRIANA MATTOS

FABIANE MARCONDES

NORMA SANTIAGO

Agosto chega com uma cor que carrega urgência, dor e resistência: o lilás. Desde 2016, o mês é marcado nacionalmente pela campanha Agosto Lilás, dedicada ao enfrentamento da violência contra a mulher. Mais do que uma mobilização simbólica, trata-se de um chamado à consciência coletiva e à ação efetiva para mudar uma realidade ainda alarmante.

O Sintufrj abraça essa campanha por meio da Coordenação de Políticas Sociais – Adriana Mattos, Fabiane Marcondes e Norma Santiago – que vem trabalhando no GT Mulher temas relacionados à violência contra a mulher no cotidiano. Educar para prevenir é tão importante quanto punir para proteger. É preciso falar sobre machismo nas escolas, ensinar respeito às diferenças desde cedo, envolver os homens na discussão e desmistificar a ideia de que violência doméstica é "problema de casal". Violência doméstica é crime. É responsabilidade de todos.

No Brasil, uma mulher é vítima de violência doméstica a cada dois minutos, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Essas estatísticas não são apenas números: são vidas interrompidas, lares silenciados, histórias marcadas pelo medo. E o mais preocupante é que, na maioria das vezes, o agressor está dentro de casa — parceiro, ex-companheiro ou familiar.

O Agosto Lilás surge, portanto, como um momento para romper silêncios. É tempo de fortalecer redes de apoio, divulgar canais de denúncia, ampliar a escuta empática e cobrar políticas públicas que realmente funcionem. Também é tempo de reconhecer que a violência contra a mulher não é um problema individual — é estrutural, cultural e social.

A campanha também marca o aniversário da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), uma das legislações mais avançadas do mundo no combate à violência de gênero. Ainda assim, mesmo após quase duas décadas de sua promulgação, a efetividade da lei continua sendo desafiada pela omissão, pela morosidade judicial, pela revitimização e, principalmente, pela naturalização da violência.

Neste Agosto Lilás, que possamos não apenas vestir a cor, mas assumir o compromisso. Que sejamos aliados, vigilantes e atuantes – porque enquanto uma mulher viver sob ameaça, nenhuma de nós estará verdadeiramente livre.

Coordenação de Políticas Sociais

Não se cale

Até quando teremos mulheres sendo assassinadas? Até quando? O mês de agosto tornou-se referência no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Desde 2016, a campanha ganha força e apoio da sociedade e do governo, com a criação de políticas públicas. O objetivo é dar maior visibilidade à Lei Maria da Penha, que completou 19 anos.

A cada 6 horas, uma mulher é assassinada no Brasil. É inadmissível que ainda tenhamos que vivenciar esse extermínio feminino. Mulheres não são propriedade de homens. Em pleno século XXI, ainda convivemos com um modelo de sociedade patriarcal, no qual homens se consideravam "donos" de suas esposas e decidiam sobre sua vida ou morte.

O feminicídio cresce de forma alarmante. E o que acontece com o agressor? Sabemos que, em muitos casos, a vida da mulher é ceifada e poucas conseguem sobreviver. Mulheres continuam sendo vítimas de uma construção histórica que ainda assombra sua existência.

A sociedade precisa se conscientizar sobre sua responsabilidade e não aceitar conviver com qualquer tipo de violência. O silêncio contribui para a perpetuação da impunidade. Bom seria se vivêssemos em uma sociedade igualitária, mas essa ainda não é a nossa realidade.

"Não se acostume com o que te machuca!"

"Não deixe chegar ao fim da linha." Ligue 180

MST E UFRJ APROFUNDAM COOPERAÇÃO

João Pedro Stedile se reuniu com Roberto Medronho para firmar programas que aproximam movimento social da universidade

Mais alguns passos, conforme definiu o economista e coordenador nacional do MST João Pedro Stédile, foram dados em pautas de interesse mútuo com a UFRJ, e outras foram passadas em revista "numa cooperação que já é antiga entre movimentos sociais e a universidade", disse ele. Isso aconteceu em reunião com a Reitoria da UFRJ, no Parque Tecnológico, no dia 15.

Estiveram em pauta propostas como a instalação de uma usina de compostagem e a formação de filhos de camponeses em cursos, como de Engenharia de Produção e Medicina.

"Nós passamos em revista alguns projetos possíveis de cooperação que envolvem, por exemplo, instalar aqui uma unidade de usina de compostagem acelerada que implica ter um laboratório que pesquise micro-organismos para produzir esses fertilizantes orgânicos que nós precisamos na agricultura agroecológica", disse o dirigente.

CURSOS

Ele e o reitor Roberto Medronho conversaram também sobre novos cursos necessários para a base camponesa. O curso que está "mais ou menos engatilhado, explicou, é o de Engenharia de Produção: "Precisamente porque nós precisamos formar filhos de camponeses que depois vão interagir com as fábricas de máquinas agrícolas que nós vamos trazer da China, sendo que a primeira (fábrica) vai ser em Maricá."

Foto: Renan Silva

DA ESQUERDA PARA A DIREITA: Fernando Peregrino, pró-reitor de Gestão e Governança; Fabiana Valéria, chefe de gabinete; Stédile, Medronho e três representantes do MST: Maria Cristina, Daniel Mancio e Felipe Oreito

Stedile mencionou também o oferecimento de curso de Medicina, com foco na medicina preventiva familiar, "que nós queremos constituir pelo sistema Pronera (programa nacional de Educação na Reforma Agrária que destina verbas para acesso de jovens ao ensino superior em instituições federais). "Os camponeses que nós temos formados médicos foram estudar em Cuba ou na Venezuela, que é uma vergonha para nós", lamentou.

ALIMENTOS ORGÂNICOS

Ele e o reitor conversaram também sobre a possibilidade de assentamentos oferecerem alimento orgânico nos próximos editais que a universidade vier a fazer para abastecimento do Restaurante Universitário. "Eu acho que temos uma parceria muito boa aí para o futuro", comemorou o dirigente nacional do MST.

Reitor: Brics na pauta

"Nós discutimos com o MST as relações que têm se ampliado cada vez mais do Brasil com os Brics (agrupamento de países que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Ele tem um trabalho muito interessante com estes países. Mas focamos mais na China e na Rússia, com quem nós (as universidades) também temos grandes parcerias. E a ideia é que a gente consiga ampliar o intercâmbio dos nossos alunos e pesquisadores com esses dois países", relatou Roberto Medronho.

Ele comentou que a proposta de uma usina de compostagem acelerada é muito difundida na China e que o MST apresentou ainda a proposta de instalar o laboratório na UFRJ, e posteriormente a própria usina de bioinsumos (no caso, fertilizante para a agricultura). "E eles nos ofereceram, inicialmente, trazer a tecnologia chinesa para iniciar esse processo. Mas a nossa ideia, e ele adorou, é que nós desenvolvamos a nossa própria tecnologia", explicou.

Medronho também comentou os cursos de graduação. "A proposta não é nova, já temos isso em Pelotas e em Pernambuco, um curso de medicina para formar filhos de camponeses que voltarão para a sua cidade e atenderão aquelas pessoas necessitadas. Eles têm muito interesse que isso seja feito inicialmente em Macaé ou em Caxias. São possibilidades."

Quanto aos restaurantes universitários, explicou: "Ofereceríamos comida orgânica, de muito melhor qualidade, e ajudaríamos a desenvolver o trabalho que o MST faz, muito importante para o país."

AMEAÇA QUE VEM DE FORA

Afronta de Donald Trump ao país recoloca defesa da soberania na ordem do dia, diz dirigente do MST

A agressão de Donald Trump ao Brasil fez ressurgir a pauta da defesa da soberania do país, na avaliação de João Pedro Stedile, economista, coordenador nacional do MST. Na opinião do dirigente, a realidade exige mobilização popular para defender a democracia da dinâmica fascista presente na política brasileira.

O coordenador do MST observa que "a eleição do Lula foi importante para barrarmos a extrema direita. Mas isso não foi suficiente para começarmos reformas estruturais". "O ataque de Trump – que pôs o Brasil no radar para defender Jair Bolsonaro – reflete a necessidade de internamente termos projetos estruturantes de defesa do país," raciocina Stédile.

Stédile, que é economista, afirma que a palavra de ordem que o Lula levantou – que é correta ("o Brasil para os brasileiros") – implica também projetos de desenvolvimento, para tirar os brasileiros da desigualdade social, da pobreza, da fome.

O dirigente disse que o movimento social já designou o próximo 7 de setembro como um grande momento de mobilização nacional envolvendo "movimentos populares, sindicais, das igrejas, em defesa do Brasil, para nós finalmente recuperarmos a bandeira do Brasil que nos foi sequestrada pela extrema direita".

"Nós vamos nos mobilizar em todo o país, e o mote é este: a defesa do Brasil. Vamos levar a bandeira do Brasil e que isso sirva de conscientização do povo de que nós temos que pensar um projeto para o país", disse ele.

ATAQUES

Para o fundador do MST, não há um movimento fascista de massas no mundo, como ocorreu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. O que há, segundo Stedile, é uma crise profunda do capitalismo como sistema. E não é porque as grandes empresas não dão mais lucro. Mas porque o sistema em si quanto mais funciona, mais gera contradição entre bilionários e milhões de pobres.

"Nunca houve uma desigualdade social tão grande no Brasil e no mundo. E a contradição principal da crise é que não resolve as necessidades da população", afirmou, apontando o que fazem, diante da crise, os grandes capitalistas do mundo (o capital financeiro, empresas transnacionais, big techs e outras).

Dentre as ações dos donos do mundo, o coordenador nacional do MST – que também é do Conselho Popular dos Brics – relaciona "um ataque aos bens da natureza em todo o mundo. Seja minério, petróleo, terra, biodiversidade, madeira, água".

Outro ponto destacado por Stédile é o estímulo aos conflitos armados para alimentar a indústria bélica – "40% da indústria norte-americana é de indústria bélica".

Na luta política, diz Stédile, essa mesma burguesia estimula – pelos espaços ideológicos que tem controle, pelas redes, universidades, igrejas – métodos fascistas de fazer a luta política.

"Que métodos são esses? É ódio a tudo o que é diferente (tu tens que ter ódio ao preto, ao gay, ao pobre) e a violência (você transforma o diferente em adversário, transforma o adversário em inimigo). E o inimigo, na política, você tem que destruir. Você o destrói moralmente, destrói botando na cadeia, aí tira ele do jogo, como fizeram com o Lula, ou você manda matar, como fizeram em muitos países. Então, a violência é um método, o ódio é um método", descreve.

Foto: Renan Silva

EÉDILE. Coordenador do Movimento dos Sem Terra afirma que crise torna capitalismo mais agressivo

Olhar sobre o fascismo

João Pedro Stédile tem uma visão particular sobre o fascismo nos dias de hoje. "Não se precisa mais de movimento de massas fascistas, só as ideias fascistas para incluí-las num modus operandi de fazer a luta política", observa. "Como é que nós vamos superar isso? Quando o povo brasileiro também se levantar, fizer mobilizações. Por isso que nós temos que estimular tudo quanto à mobilização essa do 7 de setembro e outras que virão para que o povo possa se conscientizar da gravidade do tempo histórico que nós estamos vivendo na rua, porque o povo não vai entrar na universidade para aprender, mas ele vai aprender na rua, no enfrentamento das questões colocadas pela própria burguesia."

Foto: Divulgação

PERFIL

Vida além da UFRJ

MÚSICO E ESCRITOR. Técnico administrativo atua em frentes criativas no seu dia a dia

Julio Longo, 42 anos, tecnólogo em Comunicação da Escola de Música, é contrabaixista e escritor. Além do trabalho na música e nas bandas em que atua, dedica-se ao estudo dos impactos causados pelas redes sociais, tendo lançado o livro *O Coma da Privacidade*, publicado pela editora Lumen Juris.

A MÚSICA

Muito antes de ingressar na UFRJ, em 2015, Julio Longo já tocava baixo desde 1999, participando de diversas bandas da cena underground carioca, com estilos que transitam entre punk rock, hardcore, rockabilly e surf music instrumental. Apesar de sempre ter sido uma atividade paralela, ele já teve a oportunidade de se apresentar em diversas cidades do Brasil e em países da América do Sul, como Argentina, Chile e Uruguai. Atualmente, integra as bandas Os Carburadores, 77 Idols e Magma Velvo.

A paixão pela música surgiu cedo. Por volta dos 16 anos, Júlio aproximou-se do contrabaixo elétrico de forma mais séria, ao formar uma banda com amigos do colégio. A sonoridade do instrumento o conquistou. "Escolhi o instrumento pela sua sonoridade, pela sua função fundamental na base rítmica e harmônica nas músicas que eu admirava."

Julio Longo identifica-se com temáticas anti-imperialistas e antifascistas, tanto na visão política quanto na expressão artística. "Acho que elas se refletem essencialmente nas letras, na estética e na escolha dos projetos musicais dos quais participo, valorizando a resistência, a autonomia e a crítica social como forma de posicionamento político e cultural."

O TRABALHO

Julio Longo ingressou na UFRJ em 2015 para atuar na Agência UFRJ de Inovação e, em 2021, passou a trabalhar na Escola de Música, onde cuida da comunicação institucional, produção de conteúdo, apoio e divulgação das atividades acadêmicas e artísticas. Seu trabalho contribui para fortalecer a visibilidade dos projetos e eventos da unidade. Atualmente, escreve para o site da Escola de Música, administra as redes sociais e produz o podcast Som do Passeio, transmitido toda sexta-feira, às 17h, pela Rádio UFRJ.

O LIVRO

No livro *O Coma da Privacidade*, publicado em 2016 e atualmente em sua segunda edição, Júlio apresenta casos concretos de como o Judiciário brasileiro já utiliza informações das redes sociais em processos, além de fazer uma reflexão filosófica sobre esse cenário inédito. "É uma mistura de análise jurídica, observação social e, de certa forma, um alerta sobre como a midiatização da vida pessoal pode afetar direitos básicos, como a privacidade", explica.

Segundo ele, a obra nasceu de uma inquietação pessoal ao observar como as redes sociais vêm transformando nossos hábitos, nossa forma de nos relacionarmos e até nossa percepção sobre privacidade e identidade. O autor ressalta que o livro discute como, ao mesmo tempo em que nos conectam, essas plataformas coletam e exploram nossas informações, moldam narrativas e influenciam comportamentos. "A gente vive um momento em que não basta mais simplesmente ter ou ser – é preciso mostrar que se tem, mostrar que se é. Essa necessidade de afirmação por meio da exposição nas redes sociais mudou radicalmente a forma como vivemos e nos relacionamos", observa.

"O que antes ficava guardado na memória agora vira dado permanente, armazenado e potencialmente acessível para sempre. É como se nossas vidas particulares nunca tivessem sido tão visíveis – e o mais curioso é que nos submetemos a isso de forma quase automática, sem saber exatamente quais serão as consequências", reflete.

SESC

Como se tornar sócio?

CONVÊNIO SINTUFRJ

Poderão ser sócios:
Dependentes (cônjuge e filhos até 21 anos ou 24 anos se estiverem estudando).

Peça sua carta de encaminhamento no setor de convênios do Sintufrj, pelo email convênio@sintufrj.org.br ou pelo telefone 3194-7102 e faça sua carteirinha de sócio em qualquer Sesc.

Peça aqui sua carta de recomendação online

GESTÃO 2025-2028

Sintufrj

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CONVÊNIO SINTUFRJ

TOTAL PASS

O SINTUFRJ, valorizando a saúde e o bem-estar de seus sindicalizados, firmou convênio com a TotalPass. Esse convênio possibilita o acesso a várias academias, estúdios, aulas on line e terapias.

Siga o passo a passo:

1. Faça o recadastramento pelo QR Code:

2. 48h úteis após o recadastramento, baixe o aplicativo, avalie os planos e escolha a modalidade que melhor se enquadra no seu orçamento e nas suas necessidades.

Pronto! Você já pode usufruir do convênio

Obs.: O convênio só será liberado após o recadastramento (passo 1)

GESTÃO 2025-2028

Sintufrj
FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Sintufrj
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ:42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE
Coordenação de Comunicação Sindical: Antonia Karina, Fabiano Soares e Luciana Borges / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Equipe de Edição:** Ana de Angelis e L. Maranhão / **Reportagem:** Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / **Social Mídia:** Daniel Outlander / **Projeto Gráfico:** Jamil Malafaia / **Diagramação:** Luis Fernando Couto, Edilson Soares Martins e Jamil Malafaia / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem:** 3000 exemplares / *As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical* / **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufrj.org.br.